



O mundo moderno é tão diferente daquele de 30 anos atrás, que a impressão é que somos, ao mesmo tempo, expectadores e atores de um filme de ficção científica futurista. Isto nos obriga a atuar hoje - naquele futuro século 21 em relação à nossa formação do século 20 - com o conhecimento adquirido ontem, no nosso passado nas universidades ou outras instituições de ensino.

O conhecimento é dinâmico e cumulativo e gerado continuamente a partir de uma lógica temporal. Mas nunca antes as mudanças ocorreram em tamanha velocidade. Nunca a defasagem entre o período de formação e a atuação profissional foi tão elevada. Os profissionais das décadas passadas eram ávidos pela informação e gozavam de certo tempo para analisá-las e estabelecer conceitos próprios de utilidade profissional. O profissional de hoje não tem mais tempo para ler, absorver e tampouco analisar toda a informação que lhe é ofertada. O mundo globalizado é um grande gerador de informações em tempo real: rádios, jornais, televisão, vídeos, panfletos, outdoors, cinemas e a maior revolução de todas: a Internet. Todos são bombardeados com informações a cada segundo e no caso particular da Internet, fato grave, não existe nem a segurança da veracidade das informações.

É dentro desse contexto que o MEC (Ministério da Educação) e a Capes (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior), através da portaria nº 80, de 16 de dezembro de 1998, autorizou a criação dos mestrados profissionais nas universidades brasileiras. Esses cursos são voltados para o mercado corporativo, ou seja, para atender às necessidades da constante atualização dos profissionais que já atuam no mercado de trabalho, permitindo conciliar as suas atividades profissionais com a volta aos bancos universitários.

Mas aí existe um ponto que tem gerado muitas controvérsias. Por que esses cursos são pa-

Gestor de segurança

gos, mesmo sendo oferecidos por universidades públicas? O artigo 6º da portaria 80 diz que: "Os cursos da modalidade tratada nesta portaria possuem vocação para o autofinanciamento. Este aspecto deve ser explorado para iniciativas de convênios com vistas ao patrocínio de suas atividades". Isto se traduz no fato de que as universidades e também o MEC ou a Capes, não arcam com as despesas de manutenção desses cursos nem com o pagamento das horas-extras trabalhadas pelos professores que neles atuarem. E isso tem uma lógica: não seria justo onerar a população brasileira, que mantém as universidades públicas através de todos os impostos pagos, para subsidiar um título de mestrado de funcionários de empresas privadas ou mesmo de altos funcionários públicos que poderiam arcar com os custos da sua própria formação. Isso em detrimento de subsidiar a formação, em nível de graduação, para milhões de brasileiros que não têm acesso às universidades por falta de vagas suficientes. Portanto, a intenção do MEC é que esses cursos sejam pagos não pelo aluno, mas sim pelas instituições que têm interesse na sua qualificação. Além disso, não é possível proibir que alguém que queira e possa investir na sua própria qualificação não possa fazê-lo.

IMPORTÂNCIA

Neste caso, por que a UFF (Universidade Federal Fluminense) criou um mestrado em Defesa e Segurança Civil? Qual a importância dessa qualificação para os profissionais da área, cidadãos brasileiros e para o próprio País? No primeiro caso, pode-se dizer que a UFF é uma das universidades mais interiorizadas do País, com grande experiência na extensão universitária, ou seja, há uma relação direta entre a academia, o poder público e as comunidades. Diante desta atuação ficou evidenciado um vazio nesta formação em nível acadêmico no Brasil, enquanto outros países como a França, por exemplo, oferecem este tipo de mestrado há mais de 20 anos.

Para os profissionais que

atuam em Defesa Civil, este mestrado virá complementar os ensinamentos obtidos nas academias militares com informações técnicas atualizadas e abrangentes, com metodologia científica e melhor entendimento e compreensão de todos os fatores que envolvem os riscos, vulnerabilidades, desastres, técnicas de resposta, mitigação e reconstrução. Não se trata de substituir, muito menos competir com as escolas de formação do Corpo de Bombeiros, são currículos complementares.

O objetivo é a formação de gestores de Segurança Pública, formuladores de Políticas Públicas em Defesa e Segurança Civil, tanto no plano local quanto regional e nacional. O mestrado tem vários alunos que atuam no corpo de bombeiros, de capitão a tenente-coronel, mas também tem militares, médicos, policiais, psicólogos, biólogos, químicos e de outras áreas do conhecimento. E em todos os casos, tenho a certeza que eles se tornarão profissionais muito mais qualificados para o exercício das suas funções. Os oficiais dos Corpos de Bombeiros Estaduais e também os profissionais civis e militares, poderão se orgulhar de uma titulação acadêmica (única na América Latina) concedida por uma Universidade Federal altamente reconhecida no país, equivalente ao dos seus colegas estrangeiros, quando de encontros internacionais ou desenvolvimento de trabalhos conjuntos, no País ou no exterior.

Para a população, os benefícios serão muitos. Em primeiro lugar, existirão profissionais mais qualificados zelando pela segurança em todos os aspectos: da saúde, dos problemas sociais, dos eventos naturais. Em segundo lugar, está se abrindo a possibilidade de criação de uma nova carreira profissional no País: o profissional de Segurança Civil que poderá atuar não somente na área militar, mas também nas empresas, prefeituras e governos estadual e federal. Em vista das dimensões do País e dos graves problemas que ameaçam a população, milhares de novos postos de trabalho poderão ser criados nas próximas décadas.

E, finalmente, o Brasil se colocará no mesmo patamar das potências mundiais no quesito Segurança e Defesa Civil. O País estará muito mais preparado para enfrentar desastres de grandes proporções, como terremotos, furacões, tornados, tsunamis, pandemias ou ataques terroristas. Sabe-se que a vulnerabilidade de um povo frente a um terremoto de mesma intensidade, pode gerar menos de uma dezena de mortos nos EUA e milhares no Peru. Já que os desastres não podem ser evitados, vamos seguir o exemplo dos primeiros. ■



Mestrado forma profissional de Segurança Civil